

- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 96
12/05/06 a 18/05/06

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", *campus* de Franca.

Equipe de redação e revisão: Suzeley Kalil Mathias (coordenação), Haroldo Ledandeck, Juliana Alves da Costa, Lisandra Crossara, Maria Paula de Barros Cantusio (redatora responsável).

Brasil assumirá comando de Cité Soleil no Haiti

O batalhão brasileiro que atua na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah) começou a preparação para assumir o comando de segurança da favela de Cité Soleil, a área mais violenta de Porto Príncipe – capital haitiana. No dia 11, os capacetes azuis do Brasil iniciaram o reconhecimento da área, mas ainda não está definido quando assumirão o posto definitivamente. Atualmente, a região está sob a supervisão do contingente da Jordânia. A ação teve repercussão positiva no meio internacional. (Folha de S. Paulo – Mundo – 12/05/06; O Globo – Economia – 13/05/06).

Evo Morales atacou Brasil em entrevista

Em visita à Áustria para a 4ª Cúpula União Européia - América Latina/Caribe, o presidente boliviano, Evo Morales, concedeu entrevista coletiva, no dia 11 de maio, na qual atacou veementemente o governo brasileiro e a Petrobras. Segundo Morales, os representantes do Itamaraty teriam bloqueado suas tentativas de se comunicar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dias antes de decretar a nacionalização do gás na Bolívia, em 1º de maio. O líder da bolívia afirmou ainda que não havia razão em consultar ou informar aos países vizinhos sobre políticas que um país tem que resolver soberanamente. Morales negou que seu país tenha quebrado o contrato firmado com a estatal brasileira, uma vez que tais contratos que garantiam a exploração do gás boliviano pela mesma eram "ilegais e inconstitucionais". Além disso, acusou todas as empresas que exploram gás boliviano de sonegar impostos e realizar contrabandos. O presidente da Bolívia garantiu que não haverá expulsão das empresas estrangeiras do país, desde que as novas leis de hidrocarbonetos sejam respeitadas. Entretanto, as exploradoras de gás não devem ser indenizadas por suas perdas uma vez que, para ele, não houve expropriação de bens e tecnologia. Em relação aos produtores de soja e



aos bancos brasileiros, o representante boliviano voltou a afirmar que os mesmos terão respaldo desde que cumpram as leis de seu país. Segundo o chanceler brasileiro Celso Amorim, Lula indignou-se com as declarações do presidente boliviano. Amorim afirmou ainda que o Brasil vai continuar atuando com moderação, mas "nem o governo do presidente Lula nem a Petrobras deixarão de defender os interesses brasileiros legítimos". Já a Petrobras, em nota divulgada, expressou sua indignação frente às acusações de Morales. Segundo a empresa brasileira, sua atuação na Bolívia está estritamente dentro da lei e sua presença no país vizinho decorre de acordos bilaterais entre ambos os países. No dia 12 de maio, entretanto, Morales deu uma segunda coletiva em Viena, na qual desdisse tudo o que havia declarado sobre o Brasil e a Petrobras e culpou a mídia por ter distorcido os fatos. Sobre a acusação de contrabando contra a estatal brasileira, o presidente boliviano garantiu que não acusara a Petrobras em si, mas as outras empresas petrolíferas estrangeiras instaladas na Bolívia. O Itamaraty recebeu o recuo boliviano como positivo. No dia 13, Morales encontrou-se com Lula e reafirmou o que havia dito no dia 12 – que a mídia provocara o mal entendido. Lula, por sua vez, declarou que não queria mais “uma espada sobre a cabeça”, referindo-se às críticas de Evo ao Brasil e à Petrobras, feitas no dia 11. Durante o encontro, não foram discutidos assuntos como possíveis indenizações à Petrobras e o preço do gás pois, segundo Evo e Amorim, tais assuntos estão a cargo de uma comissão bilateral de ministros. Morales aproveitou o encontro para demonstrar interesse em aumentar as exportações de gás para o Brasil. No dia 11 de maio, houve reunião entre os ministros boliviano Andrés Soliz e o brasileiro Silas Rondeau, José Sérgio Gabrielli de Azevedo, presidente da Petrobras, e Jorge Alvarado, presidente da Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) – estatal boliviana no setor. Durante o encontro foi assinada uma declaração conjunta na qual os dois países concordavam em negociar preços para o gás exportado dentro das regras do contrato em vigor atualmente. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 12/05/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 13/05/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 14/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 12/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 13/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 14/05/06; O Globo – Economia – 12/05/06; O Globo – Economia – 13/05/06; O Globo – Economia – 14/05/06).

UE apresentou memorando sobre TV digital a Lula

A União Européia aproveitou a visita do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva à Viena, para a Cúpula União Européia-América Latina/Caribe, para apresentar um memorando de entendimentos sobre a implantação da TV digital no Brasil, nos moldes do documento assinado em Tóquio, no mês de abril, quando uma comitiva brasileira visitou o Japão. Entre as contrapartidas para que o governo brasileiro optasse pelo padrão europeu, o DVB, estavam a importação de etanol pelos países da Europa e a implantação de uma fábrica de semicondutores no Brasil. No dia 16 de maio, o ministro das Comunicações, Hélio Costa, criticou a proposta européia. Segundo Costa, é necessário que os detentores de um padrão



de TV digital que queiram instalar-se no Brasil comprometam-se a absorver a tecnologia já desenvolvida no país, assim como fizeram os japoneses. O Ministro, que participava de um debate sobre o tema na Câmara dos Deputados, ainda declarou ser um "blefe" as ofertas européias mostradas em contrapartida a uma eventual adoção de seu padrão de TV digital. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 12/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 12/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 17/05/06; O Globo – Economia – 12/05/06; O Globo – Economia – 17/05/06).

Cúpula UE-Mercosul não teve participação de presidentes

Em viagem à Áustria para participar da Cúpula União Européia (UE)-América Latina/Caribe, o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva acabou sendo o único dos presidentes dos países que formam o Mercosul a permanecer no país para o encontro UE-Mercosul, que procederia a Cúpula. Os presidentes uruguaio, Tabaré Vázquez, argentino, Néstor Kirchner, e paraguaio, Nicanor Duarte, resolveram partir antes do início das reuniões, fazendo com que o encontro acabasse ocorrendo somente entre os ministros dos países envolvidos. O principal fator que fez com que os representantes da Argentina e do Uruguai não fossem ao encontro foi a guerra das papeleiras, travada entre ambos os países devido à instalação de duas fábricas de celulose em suas fronteiras, cuja construção o governo de Kirchner se opõe. No final da reunião, UE e Mercosul atentaram para a necessidade de progredir nas negociações e "reafirmaram conferir prioridade estratégica à celebração de um acordo de associação inter-regional ambicioso e eqüitativo", conforme comunicado conjunto. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 13/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 12/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 13/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 14/05/06; O Globo – Economia – 13/05/06).

Lula voltou a insistir em cúpula para destravar Rodada Doha

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em visita à Viena, voltou a insistir na sua tese de que somente um encontro de cúpula entre os grandes representantes mundiais poderá dar impulso às negociações da Rodada Doha de liberalização do comércio internacional da Organização Mundial do Comércio (OMC), em seu discurso durante a Cúpula União Européia-América Latina/Caribe. Estavam presentes no evento governantes de outros 59 países. Segundo o chanceler brasileiro, Celso Amorim, a declaração de Lula foi apoiada pelos representantes do Reino Unido, Tony Blair, e da Alemanha, Ângela Merkel, que já manifestavam-se a favor do encontro, e também pelo presidente da Comissão Européia (braço executivo da UE), José Manuel Durão Barroso. Apesar de retomar um aspecto no qual já vinha insistindo há algum tempo, o discurso do presidente brasileiro desta vez apontou com mais clareza que "a principal responsabilidade recai sobre os países ricos" na questão do comércio global. Segundo Lula, os países em



desenvolvimento só darão passos significativos na área industrial e de serviços na medida que os países ricos avancem significativamente na liberalização do comércio em agricultura. Em seu discurso, Lula ainda apontou os europeus e os norte-americanos e outras economias desenvolvidas como responsáveis por "viciar" agricultores ineficientes com a concessão de subsídios e, com isso, produzir "pobreza" no mundo em desenvolvimento. A UE, por sua vez, afirmou que chegou ao limite de suas concessões nas negociações da OMC e que agora caberá ao Brasil e aos Estados Unidos (EUA) "os próximos gestos". No dia 16 de maio, Lula afirmou estar otimista para um acordo na OMC, e com a diminuição dos subsídios da UE e dos EUA. De acordo com o presidente, os EUA têm a responsabilidade de resolver a questão dos subsídios, a UE tem o compromisso de permitir o acesso agrícola aos países mais desenvolvidos, assim como o Brasil e o G-20 têm a responsabilidade de flexibilizar o acesso de bens industriais dos países desenvolvidos. Para Lula, se as três questões enumeradas forem solucionadas, será possível concluir a Rodada Doha a tempo. O presidente brasileiro também declarou que proporá, em julho, durante a reunião do G-8, um novo encontro de líderes, com vistas a impulsionar as negociações da Rodada Doha. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 13/05/06; Folha de S. Paulo - Dinheiro - 16/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 12/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 13/05/06; O Globo – Economia – 13/05/06; O Globo – Economia – 16/05/06).

Bolívia só participará do Gasoduto do Sul sem a Petrobras

O ministro boliviano dos Hidrocarbonetos, Andrés Soliz Rada, informou que a Bolívia não participará da construção do Gasoduto do Sul caso a Petrobras também participe do projeto. A justificativa de Soliz é de que 60% das ações da estatal brasileira estão na mão de empresas transnacionais e que a Bolívia não tem interesse em investir em um projeto que possa beneficia-las. O chanceler brasileiro, Celso Amorim, rebateu as declarações do Soliz defendendo que a não participação da Petrobras e, por conseguinte, do Brasil tornará o projeto inviável. O projeto do gasoduto pretende levar gás boliviano e venezuelano aos mercados argentino e brasileiro e envolve as estatais do setor dos quatro países. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 12/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 13/05/06; O Globo – Economia – 13/05/06).

Crise com a Bolívia também envolveu imigrantes brasileiros

O embaixador boliviano no Brasil, Edgar Camacho, desmentiu os rumores de que o exército de seu país, a mando do presidente Evo Morales, expulsaria os brasileiros que vivem no Departamento de Pando, na fronteira com o Estado do Acre. No entanto, deixou claro que a nova política de reforma agrária da Bolívia vai obrigar as pessoas irregulares a se enquadrarem na nova legislação, a fim de deter o que Evo classificou de "invasão pacífica" de brasileiros na região. Em La



Paz, a Embaixada do Brasil acusou a Bolívia de estar descumprindo o acordo de reciprocidade assinado em 2005. Pelo documento, deveriam cessar todas as ameaças de expulsão a imigrantes ilegais em ambos os países. O Brasil alega que está cumprindo o acordo e regularizando a situação dos bolivianos no Estado de São Paulo. Durante a semana, o governo boliviano expulsou do país a madeireira Caramanu, que fica na região do Departamento de Pando, alegando que a propriedade, por ter como sócio um brasileiro, não poderia ficar na faixa de 50 quilômetros da fronteira. Para as famílias foi dado um prazo para que deixassem a Bolívia. A deportação de brasileiros em situação ilegal na Bolívia, segundo o Serviço Nacional de Migração do Departamento de Pando, deverá ter início em setembro, após as autoridades realizarem um levantamento de quantos brasileiros vivem na região e qual a situação deles. (O Estado de S. Paulo – Economia – 12/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 13/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 15/05/06; O Globo – Economia – 13/05/06).

Chávez negou envolvimento na decisão boliviana

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, declarou que, em conversa com o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva ao telefone, este lhe teria dito que o pressionavam para que fosse duro com a Bolívia, mas que não iria fazê-lo pois se tratava de um país pobre. Segundo o presidente venezuelano, “a oligarquia brasileira estaria submetendo Lula a pressões selvagens” para que o mesmo respondesse com dureza à nacionalização do gás e do petróleo na Bolívia e entrasse em conflito com a Venezuela. Chávez ainda negou qualquer influência sobre a decisão do presidente boliviano, Evo Morales, de nacionalização do gás, embora admita que o apoiou. Para o representante venezuelano, as declarações do chanceler brasileiro, Celso Amorim, segundo as quais Lula teria demonstrado desconforto com a sua interferência na Bolívia, são fruto da “pressão da oligarquia interna”, que anda incomodada e quer “que ele e Lula briguem”. (O Estado de S. Paulo – Economia – 12/05/06; O Globo – Economia – 12/05/06).

Lula repreendeu indiretamente países da América Latina

Após almoço na embaixada brasileira em Viena no dia 13 de maio, o presidente brasileiro Luis Inácio Lula da Silva declarou ser otimista a respeito da integração da América Latina, culpando a inexperiência da democracia da região pelos obstáculos à integração. Em crítica aos demais presidentes, Lula disse: “É preciso parar, na América Latina, de um presidente ficar culpando o outro pela pobreza do seu país. É preciso saber o que nós deixamos de fazer em algum momento da nossa História. E eu acho que se a gente pensar no século 21, a gente pode dar um salto de qualidade. Se a gente ficar remoendo o passado, não andaremos”. Reconheceu, ainda, existir muitas questões passivas de solução na região e cobrou tranquilidade, paz e entrosamento para transformar a América Latina em uma região desenvolvida. Depois do almoço, Lula deu início a uma visita de



Estado à Áustria e participou de uma reunião de trabalho com o presidente do país, Heinz Fischer. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 14/05/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 15/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 14/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 15/05/06).

Vice-presidente da Bolívia alertou a Petrobras

No cargo até o retorno de Evo Morales à Bolívia, o presidente em exercício, Álvaro García Linera declarou que o preço do gás exportado ao Brasil subirá mediante acordo e que se a Petrobras não assinar novos contratos no prazo de 180 dias, será obrigada a deixar a Bolívia sem direito a indenização. A estatal boliviana, YPFB, e a Petrobras iniciaram no dia 15 de maio o processo de negociação sobre o preço do gás. Em relação aos produtores brasileiros de soja, disse que a nova política fundiária do governo não afetará aqueles que estão em situação regular. Linera disse ainda que a parceria com o Brasil é muito mais significativa do que com a Venezuela, pois o Brasil oferece mercado e investimentos dos quais a Bolívia necessita. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 15/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 15/05/06).

Revisão do protocolo de Kyoto foi debatida

Em evento realizado na semana do dia 15 de maio na cidade alemã de Bonn, cerca de 190 países debateram medidas de combate às mudanças climáticas e de revisão das regras do protocolo de Kyoto. Nos dias 15 e 16 de maio, discutiram-se novas medidas que poderão ser adotadas para combater o problema da emissão de gases responsáveis pelo aquecimento global, principalmente em relação aos EUA, que, apesar de serem um dos maiores emissores, não aderiram ao protocolo. (O Estado de S. Paulo – Vida& – 15/05/06).

Ministério da Defesa adiou treinamento na fronteira com a Bolívia e Paraguai

No dia 16 de maio, o Ministério da Defesa brasileiro anunciou em uma nota o adiamento da Operação Combinada Jauru, que ocorre anualmente nas fronteiras com a Bolívia e Paraguai. Segundo o Ministério, o exercício que estava previsto para iniciar-se dia 29 de maio, foi adiado por considerar-se que este poderia ser interpretado de maneira equivocada em um momento de discussões na Bolívia acerca da nacionalização de suas reservas de gás e petróleo e da reforma agrária. Na nota, o ministro da Defesa, Waldir Pires, afirmou que a integração latino-americana é a política na qual o Brasil persistirá. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 17/05/06).



Lula afirmou que importação de gás depende do preço oferecido

No dia 15 de maio, o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que a importação do gás boliviano por parte do Brasil está condicionada ao preço que a Bolívia oferecer ao país pelo produto. Lula expressou o esforço brasileiro em atingir a auto-suficiência na produção de gás, o que, entretanto, segundo ele, não significaria a interrupção da importação do gás boliviano, desde que o preço deste seja conveniente à população nacional. O presidente também disse que o Brasil e a Bolívia precisam estar em paz, ter tranquilidade e levar em consideração o primeiro contrato entre os países ao renovar seus acordos. Em consonância com o discurso de Lula, o presidente boliviano, Evo Morales, afirmou que um possível reajuste nos preços do gás vendido pela Bolívia para o Brasil e para a Argentina não deve afetar muito aqueles países. De acordo com Morales, a negociação deve ser racional a fim de que beneficie a Bolívia sem prejudicar o Brasil, país que ele definiu como aliado estratégico e com quem mantém estreitas relações. As declarações do presidente boliviano ocorreram durante entrevista ao jornal francês "Le Fígaro". Em sessão do Parlamento Europeu, Morales ainda reafirmou que diante da nacionalização do gás e do petróleo, seu país não está expropriando ou expulsando ninguém. O presidente boliviano também afirmou que qualquer empresa que tenha investido na Bolívia tem direito a recuperar seu investimento e suas instalações, contudo não o controle, sendo sócios, e não donos dos recursos naturais bolivianos. Evo disse que a nacionalização dos recursos é uma forma de prevenir a imigração econômica de latino-americanos para a Europa. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 16/05/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 17/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 16/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 17/05/06; O Globo – Economia – 16/05/06).

Petrobrás e YPFB iniciarão negociações sobre preço do gás

No dia 17 de maio, a empresa brasileira Petrobrás e a estatal boliviana para gás e petróleo, YPFB, iniciarão negociações acerca do preço do gás importado da Bolívia pelo Brasil. Um dos temas da reunião será a transferência das refinarias ao controle boliviano, uma vez que, segundo o presidente da estatal boliviana YPFB, Jorge Alvarado, o governo boliviano pretende empossar os diretores recém nomeados até o final do mês de maio. O Ministro dos Hidrocarbonetos boliviano, Andrés Soliz Rada, ameaçou nacionalizar os fundos de pensão da Petrobrás caso não haja acordo para a transferência do controle acionário referente às duas refinarias da Petrobrás na Bolívia. Solíz Rada ainda afirmou que quando da compra das refinarias bolivianas pela Petrobrás em 1999, havia combustível nos depósitos cujo preço não foi levado em conta no pagamento. O ministro afirmou acreditar em uma posição mais flexível da Petrobrás, indicando que se não houver aumento no preço do gás, não haverá, por conseguinte, aumento no volume exportado do produto. A Petrobrás, por sua vez, negou tais acusações. O presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, informou que a empresa poderá deixar de refinar petróleo na Bolívia caso as negociações com a YPFB não



cheguem a um bom resultado e, ademais, que todos os investimentos na Bolívia foram suspensos. Gabrielli ainda afirmou que a Petrobrás pretende aumentar seus investimentos no Brasil a fim de atingir-se a auto-suficiência em gás natural mais rapidamente, além de promover combustíveis alternativos e diversificar as fontes de fornecimento do produto. Em reunião na Câmara dos Deputados, Gabrielli declarou que a partir do contrato firmado com a Bolívia, só haverá aumento no preço do gás com o consentimento da Petrobrás. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 16/05/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 17/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & negócios – 16/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 17/05/06).

Brasil criará grupo interministerial para tratar dos brasileiros atingidos pela reforma agrária boliviana

Deverá ser criado pelo governo brasileiro um grupo de trabalho interministerial para tratar da reforma agrária a ser promovida pela Bolívia. O grupo terá como primeiro objetivo fazer um levantamento dos brasileiros que trabalhem em fazendas bolivianas e, posteriormente, localizar lotes vagos em projetos de assentamentos da reforma agrária brasileira, com vistas a encaixá-los nestes. Outro objetivo deste grupo será o de encontrar soluções para os fazendeiros brasileiros na Bolívia, que respondem por 35% da produção da soja boliviana. O Brasil, contudo, tomou a decisão de não retaliar a iniciativa boliviana, preferindo, por exemplo, não fiscalizar bolivianos em propriedades rurais no país. O governo boliviano, por sua vez, assegurou que não incluirá, na reforma agrária, latifúndios produtivos de soja, se estes estiverem com a situação de propriedade regular e estejam estabelecidos em áreas apropriadas. As ações bolivianas não incluem os estrangeiros, em específico. Entretanto, o Departamento de Imigração da Bolívia iniciará uma campanha para estimular a regularização dos brasileiros no país. O visto de permanência custará três mil bolivianos, que equivalem 842 reais. A medida, tomada após verificar-se a ocupação de uma grande área boliviana ocupada por brasileiros, visa conhecer tais ocupantes. A assessoria legal do Ministério acredita que deverão ser encontradas saídas diplomáticas para a questão para que não se afete o relacionamento entre o Brasil e a Bolívia. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 16/05/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 17/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 16/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios - 17/05/06; O Globo – Economia – 16/05/06).

ONU pronunciou-se sobre onda de violência em São Paulo

A Organização das Nações Unidas (ONU), afirmou, na pessoa de sua pesquisadora do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes, Ana Alvazzi Del Frete, que a situação da violência em São Paulo é muito séria, de forma que as autoridades brasileiras devem tratar das raízes do problema se desejem dar fim à onda de ataques promovida pelo crime organizado, iniciada na



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

semana anterior. Segundo Anna, a falta de alternativas para as camadas jovens da população mais carente contribui para o ingresso de novos membros ao crime organizado. A pesquisadora ainda afirmou que enviar o Exército para combater os criminosos pode não ser a melhor opção para se diminuir a violência em uma grande cidade como São Paulo. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 16/05/06).

Jacques Chirac visitará o Brasil

No dia 24 de maio, o presidente da França, Jacques Chirac, em companhia de 5 ministros e 20 empresários visitará o Brasil. Chirac discutirá com o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, uma aliança estratégica entre os dois países e ainda o comércio entre os dois países e o interesse francês na tecnologia brasileira do etanol. (O Globo – Economia – 17/05/06).

OIM organizou viagem ao Brasil para garantir direitos aos bolivianos residentes no país

No dia 15 de maio, a Organização Internacional de Migrações (OIM), grupo ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), reuniu-se com autoridades bolivianas a fim de organizar uma viagem oficial ao Brasil. A viagem tem como objetivo debater com o governo brasileiro formas de facilitar a regularização dos bolivianos no país, e obter garantias de que estes terão seus direitos resguardados. O governo Evo Morales havia pedido à OIM que garantisse proteção aos bolivianos residentes no Brasil. A OIM aceitou cooperar com a Bolívia, entretanto, pediu ao governo boliviano de Evo Morales que seja respeitado o princípio de reciprocidade com relação ao tratamento dado aos brasileiros que vivem na Bolívia. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 16/05/06).

Cientista ligado ao governo israelense visitou o Brasil

O cientista-chefe do Ministério da Indústria, Comércio de Trabalho de Israel, Eli Oppen, declarou que seu país tem a intenção de celebrar acordos de cooperação com o Brasil na área de pesquisa e desenvolvimento industrial. Na agenda de Oppen, que visita o Brasil, estão incluídas visitas a fábricas e indústrias do país, além de reuniões com autoridades nacionais. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 18/05/06).

Marco Aurélio Garcia comentou Política Externa

O assessor especial para assuntos internacionais da Presidência da República brasileiro, Marco Aurélio Garcia, comentou a atuação da política externa brasileira em evento realizado no Rio de Janeiro, no dia 17 de maio. O principal abordado foi



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

a relação com a Bolívia no tocante a questão energética. Para ele, os desentendimentos entre os dois países já estão superados e deram-se por alterações de autoridades bolivianas. Garcia afirmou que o Brasil está disposto a discutir as regras dos contratos em vigência para a exploração de gás no país vizinho, salientando, contudo, que o interesse do Brasil será discutir os contratos inteiros e não apenas cláusulas específicas – como as que regulam o preço do produto. Afirmou ainda que o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, tem a intenção de ampliar os investimentos na Bolívia, como no auxílio a construção de um pólo gasoquímico, que ajudaria o país vizinho a agregar valor a seu produto. Garcia tratou ainda de integração regional, reafirmando que o tema é prioridade do governo brasileiro que, segundo ele, não possui a intenção de liderar o sub-continente. O assessor salientou, ainda, a importância de um acordo entre o Mercosul e a União Européia. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 18/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 18/05/06).

Brasil queixou-se de UE

O Brasil denunciou a Europa por não cumprir a determinação da Organização Mundial do Comércio (OMC) de cortar os subsídios ilegais ao setor agrícola. O governo brasileiro tem estudado medidas para retaliar a União Européia caso não haja o cumprimento da determinação, que prevê prazo máximo até o dia 27. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 18/05/06).